



04.01.2010

por Inês Cardoso

Alterações às leis penais aprovadas esta semana

A comissão nomeada para estudar alterações às leis penais está a trabalhar a bom ritmo e esta semana será aprovado o relatório final. João Correia, secretário de Estado da Justiça, assegura ao *i* que as propostas de correcção "cirúrgica" dos códigos Penal e do Processo Penal estão consensualizadas e serão apresentadas ao Conselho Consultivo da Justiça no próximo dia 11. Segue-se, depois destas mudanças legislativas imediatas, uma reflexão sobre a investigação criminal.

O Ministério da Justiça está ainda a decidir o método de trabalho para definir as mudanças a introduzir no sistema penal. Em cima da mesa está a possibilidade de nomeação de uma nova comissão para, "com tempo", reflectir sobre alternativas. A ligação entre a Polícia Judiciária e o Ministério Público é um dos aspectos a ter em conta, assim como a condução da investigação criminal.

Recorde-se que o Observatório Permanente da Justiça, na monitorização da reforma penal de 2007 feita ao longo de dois anos, diagnosticou problemas de organização que não dependem do quadro legislativo. "O sistema sofre de problemas estruturais que as reformas processuais não podem resolver", afirma a equipa coordenada por Boaventura de Sousa Santos no último relatório, entregue em Outubro.

Lembrando que a "criação casuística de 'equipas especiais' é sintoma do reconhecimento da ineficiência organizacional" no Ministério Público, o Observatório defende a urgência de uma reestruturação que tenha em conta os vários tipos de crimes: "a diferenciação criminológica exige, igualmente, uma diferenciação nos métodos de coordenação".

Sem propostas adicionais João Correia sublinha a celeridade dos trabalhos e explica que a comissão "respeitou a vontade de se ater à sua missão", não tendo formulado propostas adicionais relativamente às sugeridas pelo Observatório. São integralmente seguidos os cinco temas em que foram detectadas dificuldades, embora os prazos e formulações concretas de alteração legislativa não sigam integralmente o relatório final.

No despacho que nomeou a comissão, o ministro da Justiça sublinhava que esta não estava limitada às conclusões do Observatório Permanente e admitia outras sugestões "adequadas à obtenção de uma maior eficácia do sistema de investigação e julgamento na acção penal". Esse olhar mais aberto ficará, afinal, para um segundo momento, para não prejudicar a rápida correcção da reforma penal, nos pontos em que causou mais polémica.

As propostas individuais de cada membro foram enviadas electronicamente a toda a comissão, estando a ser acertado o "texto mais consensual possível", explica Castanheira Neves. Sem levantar o véu quanto às soluções e ao "consenso que tem vindo a desenhar-se", o advogado sublinha que a decisão final só agora será tomada. As duas reuniões plenárias para aprovação do relatório estão marcadas para amanhã e quinta-feira, respectivamente em Lisboa e Coimbra - onde trabalham quatro dos elementos nomeados.